

CONSIDERAÇÕES SOBRE DISCURSO PÓS-COLONIAL E LITERATURA
CONSIDERATIONS ON POSTCOLONIAL DISCOURSE AND LITERATURE
CONSIDERACIONES SOBRE EL DISCURSO Y LA LITERATURA
POSCOLONIALES



10.56238/revgeov17n3-185

Ana Lúcia Rocha Silva

Doutora em Linguística

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: ana.rocha@ufma.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5435-9890>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3800306677912442>

José Dino Cavalcante

Doutor em Literatura

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: jose.dino@ufma.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0181-894X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0708860193607869>

Ludimila Silva de Almeida

Doutoranda em Estudos Literários

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: Ludmilasilvadealmeida75@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4494-2960>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3841039927366685>

Naiara Sales Araújo

Doutora em Literatura Comparada

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: Naiara.sas@ufma.br

Orcid: orcid.org/0000-0002-9362-559X

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6546941294458117>

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre as relações entre literatura e discurso pós-colonial, destacando a permanência e a reconfiguração das estruturas coloniais em contextos contemporâneos. Partindo das contribuições teóricas de Frantz Fanon, Edward Said, Homi K. Bhabha e Gayatri Spivak. O texto analisa como os estudos pós-coloniais possibilitam novas formas de leitura e interpretação de obras literárias, tanto do cânone ocidental quanto de produções oriundas de contextos historicamente colonizados. A partir de uma abordagem interdisciplinar, evidencia-se o papel da literatura como espaço de resistência, contestação e reescrita de narrativas hegemônicas, bem como de afirmação de



identidades e epistemologias subalternizadas. Além disso, o artigo discute estratégias de representação, como a hibridez e a pluralidade de vozes, que contribuem para a construção de múltiplas perspectivas sobre história, cultura e poder. Conclui-se que a literatura, em diálogo com o discurso pós-colonial, constitui um espaço para a problematização das heranças coloniais e para a ampliação dos horizontes críticos nos estudos literários

Palavras-chave: Discurso Pós-Colonial. Literatura. Colonialismo. Representação. Identidade.

ABSTRACT

This article reflects on the relationship between literature and postcolonial discourse, emphasizing the persistence and reconfiguration of colonial structures in contemporary contexts. Drawing on the theoretical contributions of Frantz Fanon, Edward Said, Homi K. Bhabha, and Gayatri Chakravorty Spivak, the study examines how postcolonial theory enables new approaches to reading and interpreting literary texts, including both Western canonical works and those produced in historically colonized contexts. Through an interdisciplinary perspective, the article highlights literature as a space of resistance, contestation, and rewriting of hegemonic narratives, as well as a site for the affirmation of subaltern identities and epistemologies. It also discusses representational strategies such as hybridity and plurality of voices, which challenge colonial discourses and contribute to the construction of multiple perspectives on history, culture, and power. The study concludes that literature, in dialogue with postcolonial discourse, constitutes a privileged field for questioning colonial legacies and expanding critical horizons in literary studies.

Keywords: Postcolonial Discourse. Literature. Colonialism. Representation. Identity.

RESUMEN

Este artículo propone una reflexión sobre la relación entre literatura y discurso poscolonial, destacando la permanencia y la reconfiguración de las estructuras coloniales en contextos contemporáneos. A partir de las contribuciones teóricas de Frantz Fanon, Edward Said, Homi K. Bhabha y Gayatri Spivak, el texto analiza cómo los estudios poscoloniales posibilitan nuevas formas de leer e interpretar obras literarias, tanto del canon occidental como de producciones originadas en contextos históricamente colonizados. Mediante un enfoque interdisciplinario, se resalta el papel de la literatura como espacio de resistencia, contestación y reescritura de narrativas hegemónicas, así como de afirmación de identidades y epistemologías subalternas. Además, el artículo aborda estrategias de representación, como la hibridez y la pluralidad de vozes, que contribuyen a la construcción de múltiples perspectivas sobre la historia, la cultura y el poder. Se concluye que la literatura, en diálogo con el discurso poscolonial, constituye un espacio para problematizar los legados coloniales y ampliar los horizontes críticos en los estudios literarios.

Palabras clave: Discurso Poscolonial. Literatura. Colonialismo. Representación. Identidad.



1 INTRODUÇÃO

Os estudos pós-coloniais surgem em meados do século XX, a partir da necessidade de trazer à tona a centralidade das questões imperiais e coloniais. O termo “pós” remete, em um primeiro momento, à ideia de “posterioridade”, isto é, a um tempo ou espaço que sucede determinado período histórico. No entanto, no âmbito das discussões pós-coloniais, essa noção não deve ser compreendida como um marco de encerramento do colonialismo, tampouco como a superação de suas estruturas. Ao contrário, o “pós” funciona como um operador crítico que chama atenção para a permanência e a reconfiguração das lógicas coloniais em contextos históricos subsequentes.

Assim, as abordagens pós-coloniais buscam examinar como os vestígios do colonialismo se prolongam e se atualizam nas dinâmicas contemporâneas, especialmente no interior das relações capitalistas globais. Nesse cenário, destacam-se as formas de ancoragem neocolonial que, embora menos explícitas, continuam a reproduzir hierarquias raciais, econômicas e sociais. Tais mecanismos contribuem, por exemplo, para a manutenção de desigualdades estruturais que limitam a inserção plena da população negra nos circuitos de produção e acumulação de capital, perpetuando condições de marginalização e subalternidade herdadas do período colonial.

Obras como *Black Skin, White Mask* (1952) e *The Wretched of the Earth* (1961), de Frantz Fanon, *Orientalism* (1978), de Edward Said influenciaram críticos de diferentes partes do mundo, e os inspiraram a reler textos literários a partir de uma perspectiva pós-colonial. Enquanto Fanon mostra os efeitos da colonização a um nível psicológico para o homem colonizado, Said demonstra a legitimação do Império para o colonizador. A partir de ambas as perspectivas, novas formas de análise textual surgiram, combinando as visões da filosofia, psicologia, política, antropologia e teoria literária de formas dinâmicas e provocativas.

De acordo com o teórico pós-colonial John McLeod (2000), três formas de análise textual se tornaram populares no surgimento do Orientalismo. A primeira envolve a releitura de literatura canônica Inglesa, para examinar se textos passados perpetuam ou questionam as suposições latentes dos discursos coloniais. Essa forma de análise textual segue por duas vias. Em uma direção, críticos olham para os escritores que lidaram abertamente com temas coloniais e, argumentam se suas obras teriam apoiado ou criticado os discursos coloniais, como o caso do romance de Joseph Conrad sobre colonialismo na África, *Heart of Darkness* (1899). Aqui, críticos questionam se o romance de Conrad perpetuou a visão colonialista da suposta inferioridade de outros povos, ou se ele questionou o projeto colonial como um todo, discordando do discurso colonial.

Em outra direção, críticos analisam textos que aparentemente são poucos relacionados ao colonialismo, mas que podem ser lidos da perspectiva de discursos coloniais, como em *Mansfield Park* (1814), de Jane Austen, ou *Jane Eyre* (1847), de Charlotte Brönte. A segunda forma de análise textual explorada por McLeod (2002) está relacionada ao pensamento pós-estruturalista de Jacques Derrida,



Michel Foucault e Jacques Lacan, cujas ideias dão ênfase à representação do sujeito colonizado em uma variedade de textos coloniais, não apenas literários. A terceira forma de análise literária lida com literaturas de países com uma história de colonialismo. Aqui, a obra de Fanon e Said e, depois, de Homi Bhabha (1994) e Gayatri Chakrovorty Spivak (1994), são centrais para o surgimento de novas formas de leitura e escrita, ao dar voz e expressão para povos colonizados ou que foram um dia colonizados.

Como um bom começo, *Orientalism* (1978) mostrou a importância e urgência de estudos acadêmicos que lidassem com as relações entre a dominação global econômica e política do Ocidente, e a produção intelectual do Ocidente. Sobre esse assunto, a literatura apresenta um campo vasto; ela oferece uma das mais importantes maneiras através das quais essas percepções são expressadas. Funcionando como um veículo de protesto, fazendo denúncias e gerando conscientização, a literatura foi essencial para registrar o processo de transição pelo qual antigas sociedades coloniais passaram desde seus primeiros passos em direção ao processo de ‘descolonização’.

Diante dessas considerações, este estudo tem como objetivo tecer considerações a respeito das relações entre literatura e discurso pós-colonial, mostrando de que modo as produções literárias se constituem como espaços de problematização, resistência e reconfiguração das heranças coloniais. Busca-se, portanto, compreender como diferentes abordagens teóricas, formuladas por pensadores como Frantz Fanon, Edward Said, Homi K. Bhabha e Gayatri Chakravorty Spivak possibilitam releituras críticas tanto do cânone ocidental quanto das literaturas produzidas em contextos marcados pela colonização.

2 VOZES PÓS-COLONIAIS: FRONTEIRA, CULTURA E IDENTIDADE

Como já apontado anteriormente, as teorias pós-coloniais desempenharam um papel significativo na construção de um discurso menos eurocêntrico. *Orientalism*, de Said, por exemplo, serviu como um ponto de partida para muitos outros teóricos pós-coloniais importantes, como Homi K. Bhabha e Gayatri Spivak, cujas obras abriram uma grande variedade de problemas teóricos na teoria do discurso colonial. De acordo com McLeod (2000), “Bhabha explorou a possibilidade de ler discursos coloniais como infinitamente ambivalentes, divididos e instáveis, nunca capazes de estabelecer, de forma segura, os valores coloniais que eles pareciam apoiar” (p. 24). Ele explora a relação entre um indivíduo colonizado e um não colonizado, em uma perspectiva que cruza a fronteira do físico para o imaginário.

Bhabha (1994) é considerado uma das principais vozes no pós-colonialismo desde a década de 80. Como Said, ele argumenta que o colonialismo é fundamentado em uma série de suposições que buscam legitimar sua visão sobre outras terras, povos e culturas. Assim, o objetivo do discurso colonial



constrói a imagem dos colonizados como uma população degenerados, para justificar a conquista e para estabelecer sistemas de administração e instrução.

A partir desse discurso, o colonizador é o sujeito que pretende reestruturar essa população degenerada, assim justificando o processo de colonização. Bhabha segue afirmando que o discurso colonial produz o colonizado como uma realidade social que é, ao mesmo tempo, um 'Outro', e ainda assim inteiramente conhecível e visível. Estereotipar povos e culturas é uma maneira de legitimar a prática do colonialismo.

Em seu livro *The Location of Culture* (1994), Bhabha desenvolve sua percepção relacionadas à identidade. Ele dá atenção especial àqueles que vivem 'vidas de fronteira', às margens de diferentes nações, no meio de terras contrárias. Para o estudioso, viver numa 'terra de ninguém' requer uma nova 'arte do presente'. Isso depende de adotar a lógica contrária da terra de fronteira, e usá-la para repensar as formas dominantes com que representamos coisas como a história, a identidade, e a comunidade. Fronteiras são limites importantes, cheios de contradições e ambivalência. Elas tanto separam quanto unem lugares diferentes. Elas são locais intermediários, onde é possível contemplar o ultrapassar uma barreira.

No discurso colonial, essa barreira parece interferir na maneira em que alguns escritores apresentam seu ponto de vista, já que permite a possibilidade de repensar e questionar as suposições e valores da cultura e forma de vida do colonizador. Bhabha descreve a fronteira como um lugar onde padrões convencionais de pensamento são perturbados pela possibilidade da travessia. Aqui, presente e passado, dentro e fora, inclusão e exclusão são misturados como se fosse um jogo de imaginação, pensamento e realidade. A fronteira, então, é o lugar de cultura e identidade. Em relação às ideias de Bhabha, McLeod afirma que:

Bhabha vira a possibilidade dessa travessia tão imaginativa contra as noções de identidade e subjetividade recebidas, que dependem precisamente de definições binárias fixas: tais como nativo/estrangeiro e senhor/escravo. Essas definições são contestadas como sendo ideologicamente suspeitas e inapropriadas; a 'arte do presente' requer um hábito da mente no qual o movimento e a travessia são primordiais (2000, p. 218).

A partir desse pensamento, críticos pós-coloniais possuem a difícil tarefa de ir além das fronteiras, culturais ou não, físicas ou psicológicas, presentes ou passadas, para delimitar características relacionadas à identidade e cultura. Além disso, há a possibilidade de identificar novas identidades híbridas resultantes do movimento constante de linguagem e cultura. Um povo colonizado irá, de algumas formas, incorporar alguns aspectos da cultura do colonizador, por exemplo, tomando emprestadas palavras e expressões da linguagem deles, usando sua moeda, adaptando a etiqueta de negócios locais, adotando ou adaptando sua forma de se vestir, e aceitando sua tecnologia. Assim, o discurso colonial é caracterizado tanto pela ambivalência quanto pela repetição.



Nesse sentido, a literatura tem sido um dos veículos mais apropriados para se analisar essa ambivalência e repetição do discurso. Mesmo em narrativas pós-coloniais modernas, produzidas no surgimento no colonialismo, tais como algumas obras de ficção científica brasileira, o discurso pode ser uma mera repetição de ideias que têm sido perpetuadas desde tempos coloniais. A ideia de que o Brasil sempre será independente em termos de ciência e tecnologia perpetua o pensamento colonial, sugerindo que uma nação colonizada nunca pode mudar seu *status* de colonizada. Se, na ficção científica americana, a tecnologia pode ser superior ao homem e ultrapassar as expectativas, na ficção científica brasileira ela é em geral inferior e submissa. Em termos de valores coloniais, essa é uma diferença importante entre as relações com a tecnologia, no Brasil e nos Estados Unidos, que está, de alguma forma, presente na produção literária, como veremos mais a fundo nas sessões seguintes dessa tese.

Também importante para essa discussão é *Can the subaltern speak?* (1985), onde Spivak propõe um deslocamento na postura do intelectual pós-colonial diante dos sujeitos subalternizados, especialmente das mulheres. Em vez de assumir uma posição de autoridade que fala por elas ou apenas as ouve de maneira passiva, a autora propõe construir um espaço de interlocução efetiva, no qual o “falar com” implica reconhecer a agência, ainda que historicamente silenciada por essas vozes.

Nesse sentido, a Spivak introduz a noção de “desaprender o privilégio”, apontando para a necessidade de que o intelectual reconheça e questione os lugares de poder que ocupa, inclusive, aqueles atravessados por marcadores de gênero, classe e raça. Esse processo de desaprendizagem não é imediato nem simples; trata-se de um exercício contínuo de autocrítica e vigilância epistemológica, no qual o sujeito que produz conhecimento precisa revisar suas próprias ferramentas analíticas e suas formas de representação.

Além disso, Spivak alerta para o risco de que o discurso pós-colonial acabe por reiterar uma lógica substitutiva, na qual o intelectual ocupa novamente o lugar de fala do outro. Por isso, a crítica proposta não se limita a dar voz ao subalterno, mas exige repensar as condições de produção dessa fala e os modos pelos quais ela pode emergir sem ser capturada ou mediada de forma autoritária. Dessa maneira, o desafio consiste em refletir continuamente o próprio campo pós-colonial, utilizando suas ferramentas críticas para evitar a reprodução das estruturas que pretende desestabilizar.

Em outras palavras, Spivak chama a atenção dos intelectuais para seus papéis como sujeitos analistas e intervencionistas. Os críticos devem falar para as mulheres e não pelas mulheres. Eles devem estar dispostos a aprender os limites de sua abordagem, através de um encontro com mulheres em diferentes contextos que pudessem mostrar a posição e experiência reais de um sujeito feminino.

Spivak (1994) defende consistentemente que os críticos devem sempre olhar para as especificidades de suas próprias posições, e reconhecer os contextos político, cultural e institucional nos quais atuam. Para ela, o espaço no qual falamos está sempre em movimento, atravessado pelos



discursos conflitantes e variáveis de coisas como nossa classe social, educação, gênero, sexualidade e etnicidade. É muito difícil assumir que o crítico pode falar por alguém, porque a posição tanto do crítico quanto de seu objeto nunca é seguramente fixa. Além disso, os diferentes contextos culturais nos quais as mulheres são expostas geram um grande bloqueio entre o que é presente e o que é passado, real e imaginário, que pode, de muitas maneiras confundir o crítico sobre seu objeto.

A teórica instiga e confronta o imenso problema da consciência das mulheres subalternas, insistindo na necessidade de que as mulheres subalternas não sejam tratadas apenas como objetos passivos de análise, mas como sujeitos de investigação, ainda que sua condição histórica esteja marcada pelo silenciamento. Nesse sentido, o gesto crítico não consiste simplesmente em “dar voz” a essas mulheres, mas em trazer à baila as próprias condições que produziram esse silenciamento, reconhecendo-o como parte constitutiva das formações ideológicas que estruturam o campo do saber.

É nesse horizonte que a autora compreende o projeto de “desaprendizagem” como um exercício rigoroso de autorreflexão crítica. Tal processo implica articular, no próprio objeto de investigação, as camadas ideológicas que o atravessam, o que inclui, quando necessário, a leitura atenta dos silêncios, das lacunas e das ausências. Assim, questionamentos como “o subalterno pode falar?” ou, de maneira ainda mais específica, “as mulheres subalternas podem falar?”, jogam luz a possibilidade de reinscrever essas vozes em estruturas discursivas que, ao mesmo tempo em que parecem reconhecê-las, continuam a mediá-las e controlá-las.

Essa problemática pode ser observada de maneira bastante produtiva em diversas obras literárias. Em *Ponciá Vicêncio* (2003), de Conceição Evaristo, por exemplo, a trajetória da protagonista revela os efeitos históricos da escravidão e da marginalização, ao mesmo tempo em que remete às dificuldades de inscrição da subjetividade negra feminina em espaços de fala legitimados. A narrativa, marcada por lacunas e silêncios, pode ser lida à luz de Spivak como uma forma de tensionar os limites da representação do sujeito subalterno.

De modo semelhante, em *Quarto de Despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus, há um gesto singular de autoinscrição da autora enquanto mulher negra e periférica. Ainda que se trate de um relato em primeira pessoa, a obra sofre as mediações editoriais e sociais que atravessam essa fala, permitindo problematizar até que ponto essa voz é plenamente autônoma ou já se encontra enquadrada por expectativas do mercado e do olhar hegemônico.

No contexto pós-colonial mais amplo, *Wide Sargasso Sea* (1966), de Jean Rhys, reescreve a história da “louca do sótão” de *Jane Eyre*, oferecendo um olhar que busca recuperar uma voz silenciada pela narrativa colonial europeia. No entanto, a partir de Spivak, pode-se questionar se essa reescrita de fato restitui a voz subalterna ou se ainda opera dentro de uma lógica de mediação que reinscreve o sujeito em categorias previamente estabelecidas.



Outro exemplo relevante é *Beloved* (1987), de Toni Morrison, no qual a memória da escravidão emerge de forma fragmentada, espectral e, muitas vezes, indizível. A narrativa é construída a partir de rupturas temporais, vozes múltiplas e lembranças traumáticas que resistem à organização linear, mostrando como a experiência da escravidão não pode ser plenamente capturada pela linguagem. Nesse sentido, o romance representa o passado, mas encena a dificuldade de dizê-lo, já que o trauma se manifesta por meio de silêncios, lacunas e repetições.

A figura de *Beloved*, por sua vez, pode ser interpretada como a materialização desse passado que insiste em retornar, tornando visível aquilo que foi historicamente reprimido ou apagado. Ao dar forma a uma presença que é, ao mesmo tempo, memória, fantasma e corpo, Morrison discute os limites entre o dizível e o indizível, possibilitando a enunciação das experiências subalternizadas. Assim, *Beloved* não oferece uma “voz transparente” ao sujeito subalterno, mas expõe os impasses envolvidos em qualquer tentativa de representação. Ao invés de resolver essas tensões, o romance as mantém em aberto, convidando o leitor a confrontar os limites da linguagem e a reconhecer a persistência dos silêncios que atravessam a história da escravidão.

Percebe-se que as obras mencionadas tematizam a subalternidade e encenam, em seus próprios modos de construção narrativa, os impasses apontados por Spivak. Assim, o desafio crítico consiste em ler esses textos não como simples “recuperações” de vozes silenciadas, mas como espaços complexos em que se articulam, de maneira muitas vezes ambígua, os limites e as possibilidades de enunciação do sujeito subalterno.

Spivak prossegue afirmando que há uma simetria satisfatória em tal alegoria, mas ela preferiria convidar o leitor a considerá-la como um problema de ‘psicanálise selvagem’, em vez de uma solução garantida. Sua insistência em dar ao subalterno uma voz é uma forma de mudar a crítica literária pós-colonial. Parece que o problema não é se as mulheres podem falar apropriadamente, mas sim que posição elas ocupam no discurso. Elas falam por si próprias ou alguém faz isso por elas? Essa pergunta pode gerar outras. Por exemplo, pode alguém, que não experimentou o mesmo sofrimento do outro, falar por ele/ela com a mesma intensidade? Como aspectos culturais e sociais interferem no discurso de alguém? Essas perguntas estão relacionadas à experiência de vida, que é afetada pelos fatores socioculturais experimentados pelo orador.

Tanto os argumentos de Bhabha quanto os de Spivak estão além dos modos convencionais de representação. Eles mantêm aberta a possibilidade de dar poder às vozes dos subalternos, para que estes possam fazer sua própria representação. Nesse sentido, eles sugerem que a literatura é o espaço perfeito para entender e representar as vidas e as experiências não ditas, estranhas e não representadas daqueles que possuem uma história anestesiada.

Para Stuart Hall (2023), a teoria do discurso pós-colonial nos ajuda a compreender e “caracterizar a transição (necessariamente irregular) da era dos Impérios para o momento de pós-



independência ou da pós-descolonização” (p. 100). Ou seja, é um campo teórico que assinala de que maneira colonizadores e colonizados foram atingidos pela reação do colonialismo (de forma distinta).

Em *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*, Hall dedica um capítulo para pensar o surgimento do discurso pós-colonial, suas contribuições e diferenças da hegemonização que é atribuída ao termo pelos críticos da época, deixando claro que os efeitos do colonialismo são irreversíveis. Salienta que havia uma necessidade e esforço de “mobilizações políticas e culturais de retornar a culturas não contaminadas pela experiência colonial” (p. 100). Entretanto, os efeitos a longo prazo do colonialismo se demonstraram irreversíveis, a ponto de se pensar em outras maneiras de valorizar o negro na modernidade capitalista.

A teoria pós-colonial,

Relê a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou “global” das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. Seu valor teórico, portanto, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do “aqui” e “lá”, de um “então” e “agora”, de um “em casa” e “no estrangeiro” (Hall, 2023, p. 101).

O escopo da teoria pós-colonial, conforme elucidado no enunciado acima, consiste em propor estratégias que desafiam a centralidade de um modelo social encoberto por um véu distópico, no qual a população colonizada é concebida como um outro, imobilizado, cuja diferença em relação ao “aqui” resulta em impactos transnacionais e transculturais de natureza diaspórica. Em outras palavras, a teoria pós-colonial problematiza os limites impostos pelas fronteiras econômicas, culturais e globais, que, ao longo da história, sustentaram narrativas ortodoxas sobre a população negra. Mesmo em contextos pós-abolição, tais narrativas continuaram a demarcar fronteiras rígidas entre os grupos raciais.

Stuart Hall (2003) argumenta, ainda, que a transição do colonialismo para o pós-colonialismo promove a descentralização da “ocupação e do controle colonial direto” (p. 102). De modo semelhante, Frantz Fanon (2022) descreve o mundo colonial como estruturalmente bipartido, afirmando que “a zona habitada pelos colonizadores não é complementar à zona habitada pelos colonizados” (p. 35). Essa divisão evidencia diferenças econômicas substanciais entre os grupos e reforça a desigualdade estrutural na medida em que os modelos de vida dessas sociedades carregam, de maneira incontornável, as marcas do colonialismo sobre a população negra.

A despeito da maneira violenta e desorganizada com que o sistema descolonial se compartimentou, Frantz Fanon argumenta que



A descolonização, que se propõe transformar a ordem do mundo, é, como se vê, um programa de desordem absoluta. Sabemos que [...] é um processo histórico, ou seja, que só pode ser compreendida, só encontra sua inteligibilidade, só se torna transparente para si mesma na medida exata em que se percebe claramente o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. A descolonização nunca passa despercebida, pois atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores esmagados pela inessencialidade em atores privilegiados, recolhidos de modo quase grandioso pelos raios luminosos da História (Fanon, 2022, p. 32).

Fanon busca enfatizar que a colonização, por ter sido um processo violento e longo, atingiu o Ser em diferentes esferas, sobretudo no campo físico, discursivo e cultural. E, agora, em sociedades pós-coloniais, “o colono continua a fazer o colonizado” (p. 32), isso porque há rasuras quanto à inserção desses novos homens na sociedade. Contudo, “a coisa colonizada” (p. 33), nessa ocasião, torna-se o centro do progresso de sua própria libertação. É nesse momento que a teoria do discurso pós-colonial entra em vigor, quando desmascara a ilegitimidade e a quase imobilidade do negro nesta nova zona.

A filósofa indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010) também problematiza o descontrole ou hiato movido pelo desejo de representação do negro por intelectuais no cenário pós-colonial. Para a autora, o desejo de representação acerca da experiência do negro no contexto neocolonial é movido por uma produção teórica intelectual, que busca significar e representar o outro de maneira que são evocadas rasuras nesta construção. Como apontado anteriormente, para Spivak

Os oprimidos podem saber e falar por si mesmos. Isso reintroduziu o sujeito constitutivo em pelo menos dois níveis: o Sujeito de desejo e de poder como um pressuposto metodológico e irredutível; e o sujeito do oprimido, próximo, de senão idêntico, a si mesmo. Além disso, os intelectuais, os quais não são nenhum desses S/sujeitos, tornam-se transparentes nessa “corrida de revezamento”, pois eles simplesmente fazem uma declaração sobre o sujeito não representado e analisam (sem analisar) o funcionamento do (Sujeito inominado irredutivelmente pressuposto pelo) poder e do desejo (Spivak, 2010, p. 44).

Embora reconheçamos os esforços de alguns teóricos na luta anticolonial, o que a autora busca enfatizar é que há uma necessidade de radicalizar esta dupla interpretação sobre o Outro. Isto é, o negro, aqui, é visto sob duas óticas: a do que fala por ele (o intelectual ocidental) e a maneira como ele vê a si próprio. O que ocorre, é que esta representação transforma o espaço do Ser (negro) em um lugar vazio e ambíguo, e este caráter representativo se torna uma encenação que não consegue abarcar a realidade do outro. Portanto, é necessário que ele fale.

A construção subjugada deste outro é o exemplo mais vivo da violência epistêmica. Deste modo, a teoria do discurso pós-colonial busca esclarecer as confusões criadas não somente pela ruptura e rastros do sistema colonialista na modernidade, como também denunciar os deslocamentos provocados pela estrutura imperialista e seus circuitos neocoloniais.

As discussões pós-coloniais abordam um amplo conjunto de categorias que buscam compreender a condição do sujeito do chamado Terceiro Mundo tanto no contexto colonial quanto em



suas reverberações no presente. Nesse campo, não se trata apenas de descrever “como as coisas realmente eram”, nem de tomar a narrativa histórica construída pelo imperialismo como a versão mais legítima ou autorizada dos acontecimentos. Ao contrário, o foco recai sobre os processos pelos quais determinadas interpretações da realidade foram produzidas, legitimadas e naturalizadas como universais. Como aponta Spivak (2010, p. 48), o interesse está em analisar de que modo certas explicações e narrativas se consolidaram como normativas, ao mesmo tempo em que outras foram silenciadas, marginalizadas ou desqualificadas.

Dessa forma, o pensamento pós-colonial desloca a atenção do conteúdo da história para as condições de sua produção, interrogando quem fala, a partir de que lugar e com quais interesses. Isso implica reconhecer que o conhecimento não é neutro, mas atravessado por relações de poder que definem quais vozes são autorizadas a narrar e quais são excluídas. Nesse sentido, categorias como subalternidade, representação, hegemonia e diferença tornam-se fundamentais para compreender como os discursos coloniais e neocoloniais continuam operando, mesmo após o fim formal do colonialismo.

Além disso, as abordagens pós-coloniais buscam abrir espaço para outras formas de conhecimento e de enunciação, valorizando perspectivas historicamente invisibilizadas. Contudo, como alerta a própria Spivak, esse movimento deve ser conduzido com cautela, uma vez que há sempre o risco de reinscrever essas vozes em estruturas discursivas dominantes. Assim, mais do que substituir uma narrativa por outra, o objetivo é deixar claro os mecanismos que sustentam a autoridade de determinadas versões da realidade, tornando visíveis as disputas que atravessam a produção do saber.

Sobre este aspecto, Hall lança para o leitor os seguintes questionamentos: “a Grã-Bretanha é pós-colonial no mesmo sentido em que são os Estados Unidos? Deveria o termo ser aplicado igualmente à Austrália, um país de colonização branca, e à Índia?” (p. 98/99). É a mesma situação a qual Spivak se refere, mas nos dois casos o desenvolvimento do sujeito negro é ambíguo.

Entretanto, é importante destacar que o pós-colonial não opera de forma isolada, pois está articulado a fatores como cultura, economia e relações interseccionais específicas de cada contexto. Por essa razão, suas manifestações variam de um lugar para outro, assumindo diferentes formas e intensidades. Ainda assim, essa diversidade não significa que determinados países deixem de ser pós-coloniais. Nesse cenário, o sujeito subalterno é diretamente afetado por essas dinâmicas, uma vez que permanece ligado a estruturas e discursos herdados do projeto imperialista. Isso resulta em processos de desarticulação de sua voz e de sua agência, frequentemente condicionados por inferências e representações que continuam a reproduzir hierarquias e desigualdades no interior das sociedades pós-coloniais.

Indo mais a fundo, Frantz Fanon (2020) pensa a teoria pós-colonial tanto pelo viés psicopatológico como discursivo. Da mesma forma que os discursos anticoloniais nos fornecem



elementos para compreender a dimensão vivida pelo homem de cor, o discurso ocidental aparece como uma arma ideológica que contradiz a experiência do negro nas duas fases, colonial e pós-colonial.

Analisando o antilhano em sociedades pós-coloniais, neste caso a França, o autor mostra que o negro que viveu a descolonização se vê também confrontado pela linguagem, categoria crucial nas referências ocidentais acerca da condição do ser e do saber. Isto significa dizer que o antilhano (negro) que não representa o Eu, não pode ser considerado como uma extensão do Ser, já que o peso do colonialismo é percebido à primeira vista, já no seu dialeto.

Todo povo colonizado – isto é, todo povo em cujo seio se originou um complexo de inferioridade em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local – se vê confrontado com a linguagem da nação civilizatória, quer dizer, da cultura metropolitana. O colonizado tanto mais se evadirá da própria selva quanto mais adotar os valores culturais da metrópole. Tão mais branco será quanto mais rejeitar sua escuridão, sua selva. No exército colonial, e especialmente nos regimentos de fuzileiros senegaleses, os oficiais nativos são, antes de mais nada, intérpretes. Servem para transmitir aos seus semelhantes as ordens do senhor, gozando eles próprios de certa respeitabilidade (Fanon, 2020, p. 32).

A valorização da língua da metrópole em detrimento das línguas nativas constitui um fenômeno central para a compreensão dos processos de estigmatização cultural e de desenraizamento identitário nas sociedades antilhanas. Tal dinâmica não pode ser entendida apenas como uma escolha individual ou pragmática, mas como resultado de uma hierarquização linguística historicamente construída no contexto colonial. Nesse sentido, o prestígio atribuído ao domínio da língua francesa decorre de uma formação discursiva ideológica que, desde o período colonial, associa essa língua a valores de civilização, racionalidade e superioridade cultural.

Como consequência, observa-se um processo de deslocamento identitário no qual práticas, saberes e expressões culturais locais são desvalorizados ou silenciados, enquanto os códigos da metrópole são internalizados como norma. Essa internalização, contudo, não se dá de maneira neutra, mas implica uma reconfiguração subjetiva marcada por tensões e ambivalências, uma vez que o sujeito colonizado passa a negociar constantemente entre referências culturais distintas.

Nesse contexto, o impacto do discurso colonial, nas sociedades pós-coloniais, revela que a adoção da língua do colonizador não se limita a um instrumento de comunicação, mas funciona como um marcador de inserção em um sistema de poder. Conforme analisa Frantz Fanon, o domínio da língua europeia adquire um valor normativo e referencial, levando sujeitos colonizados, como os martinicanos, a buscá-la como forma de reconhecimento social e mobilidade. Desse modo, a língua torna-se um dos principais vetores de reprodução das hierarquias coloniais, ao mesmo tempo em que caracteriza os mecanismos pelos quais o sujeito subalterno é levado a assimilar os padrões culturais de seu dominador.

Estas colisões que causaram a ruptura, perda e demonização de práticas, religiões, costumes e línguas nativas, levam-nos a pensar que, mesmo o fim do colonialismo direto não foi o suficiente para



superar o problema colonial deixado pela Europa. A este despeito, Aimé Césaire é magnânimo ao enfatizar que “a civilização europeia [...] é incapaz de resolver dois principais problemas aos quais sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial” (p. 9).

Na literatura, isto foi muito bem representado pelo escritor Itamar Vieira Junior em sua prestigiada obra *Torto Arado* (2018), na qual explora a dimensão dos vestígios coloniais em épocas pós-abolicionistas. A narrativa, que se passa na fazenda Água Negra, apresenta sujeitos subalternizados, que se encontram encurralados pela autoridade senhorial ao não fornecerem direitos básicos para o sujeito negro moderno, como educação de qualidade, saúde e meios econômicos para viver.

O século XX configura-se como um período decisivo para a emergência de perspectivas teóricas voltadas à crítica do eurocentrismo, contribuindo para a desestabilização de paradigmas até então hegemônicos na produção do conhecimento. Nesse contexto, destacam-se autores já mencionados como Aimé Césaire e Frantz Fanon, cujas obras articulam uma crítica contundente ao projeto colonial europeu. Ao desenvolverem análises diretas sobre os efeitos do colonialismo, esses intelectuais mobilizam uma linguagem incisiva e estratégica, marcada pelo uso de recursos retóricos que intensificam o caráter político de suas reflexões. Tal postura é evidente em obras como *Pele negra, máscaras brancas*, *Discurso sobre o colonialismo* e *Os condenados da terra*, nas quais se observa um esforço sistemático de denunciar as violências materiais e simbólicas do colonialismo, ao mesmo tempo em que se propõe a reconfiguração dos referenciais teóricos a partir de perspectivas não eurocêntricas.

Na mesma direção de Fanon e Césaire, John McLeod (2000), em *Beginning Postcolonialism*, destaca que o pós-colonialismo não se limita ao período posterior às independências políticas das antigas colônias, mas se refere a um conjunto de práticas críticas que investigam os efeitos duradouros do colonialismo nas culturas, nas identidades e nos discursos contemporâneos. Para o autor, o colonialismo não foi apenas um processo de ocupação territorial, mas também um sistema de produção de conhecimento que definiu hierarquias culturais e raciais, moldando a forma como diferentes povos passaram a ser percebidos e representados.

Nesse contexto, McLeod enfatiza que a literatura desempenha um papel fundamental na análise das relações coloniais, pois ela permite observar como as identidades coloniais foram construídas, negociadas e, posteriormente, contestadas. A crítica pós-colonial busca, assim, identificar os mecanismos pelos quais o discurso imperial produziu representações do “Outro” e investigar como escritores de sociedades colonizadas ou pós-coloniais respondem a essas representações. Muitas obras literárias oriundas desses contextos desenvolvem estratégias narrativas que questionam a autoridade cultural da metrópole, reescrevendo a história e recuperando vozes e experiências silenciadas.



Outro ponto importante destacado por McLeod é o conceito de hibridismo cultural, também abordado por Homi Bhabha que se refere aos processos de mistura e interação entre diferentes tradições culturais resultantes do contato colonial. Em vez de identidades fixas ou puras, as sociedades pós-coloniais apresentam identidades complexas e híbridas, formadas por múltiplas influências históricas e culturais. A literatura pós-colonial, nesse sentido, torna-se um registo importante que podem ilustrar as identitárias, revelando as ambiguidades e contradições herdadas do passado colonial.

Além disso, McLeod chama atenção para o papel da linguagem no contexto pós-colonial. Nas antigas colônias, a língua do colonizador continua a ser utilizada como meio principal de expressão literária e intelectual. Ao mesmo tempo em que a língua colonial pode representar um legado de dominação, ela também pode ser apropriada e transformada pelos escritores pós-coloniais. A partir dessa apropriação, esses autores produzem novas formas de expressão que desafiam os discursos hegemônicos e afirmam perspectivas culturais alternativas.

Um exemplo desse processo pode ser observado em Chinua Achebe e seu romance *Things Fall Apart* [*O mundo despedaçado*] (1958). Embora escrito em inglês, língua herdada do domínio britânico na Nigéria, o romance incorpora provérbios, estruturas narrativas e concepções culturais do povo igbo. Assim, Achebe reconfigura a língua inglesa para expressar uma visão africana de mundo e contestar representações coloniais da África, difundidas pela literatura europeia. Na obra, aspectos da cultura africana são transformados e adaptados para expressar uma cosmovisão distinta daquela que predominava nos discursos coloniais europeus. Os provérbios, por exemplo, desempenham um papel central na construção do discurso narrativo e no desenvolvimento das personagens, refletindo a importância da sabedoria tradicional na cultura igbo. Em diversos momentos do romance, essas expressões condensam ensinamentos morais e valores coletivos, funcionando como instrumentos de mediação entre a oralidade africana e a forma escrita do romance moderno.

Além disso, a estrutura narrativa do romance mostra a influência das tradições orais africanas, sobretudo na forma como histórias, lendas e relatos comunitários são incorporados ao enredo principal. Essa estratégia narrativa contribui para deslocar o foco da narrativa colonial, que, por vezes, representava a África como um espaço sem história ou civilização, e apresentar uma sociedade complexa, dotada de instituições políticas, códigos morais e sistemas culturais próprios.

A obra de Achebe pode ser compreendida como uma resposta direta às representações eurocêntricas da África presentes em textos literários e relatos coloniais, como os difundidos no contexto do imperialismo europeu do século XIX. Assim, o autor transforma o instrumento linguístico do colonizador em um meio de afirmação cultural e de contestação ideológica. Dessa forma, *O mundo despedaçado* narra a desestruturação da sociedade igbo diante da chegada do colonialismo e do cristianismo constituindo um gesto literário de recuperação histórica e cultural, contribuindo para a reescrita da história africana a partir do ponto de vista dos próprios africanos.



Outro caso que vale destaque é o de Salman Rushdie em *Midnight's Children* [*Filhos da Meia-noite*] (1981). No romance, o autor mistura o inglês com elementos da oralidade indiana, expressões do hindi e do urdu, além de estruturas narrativas inspiradas em tradições narrativas do subcontinente. Essa mescla linguística e cultural cria um estilo híbrido que reflete a complexidade histórica e identitária da Índia pós-colonial, evidenciando como a língua do antigo colonizador pode ser reinventada para representar realidades locais. O narrador Salem Sinai conta sua própria história em paralelo com a história da nação indiana, estabelecendo uma relação entre sua vida e os acontecimentos políticos que marcaram o país a partir de 1947, ano da independência. A narrativa é construída de maneira fragmentada e digressiva, reproduzindo, muitas vezes, o ritmo da narração oral, característica das tradições narrativas do sul da Ásia. Rushdie utiliza repetições, interrupções, comentários metanarrativos e um tom próximo ao da contação de histórias, aproximando a estrutura do romance de práticas narrativas populares presentes na cultura indiana.

Além disso, o autor introduz no texto palavras e expressões provenientes de línguas indianas sem necessariamente traduzi-las ou adaptá-las completamente ao inglês padrão. Essa estratégia linguística contribui para deslocar a centralidade da norma britânica e criar um inglês “indianizado”, capaz de expressar experiências culturais específicas. Rushdie demonstra que a língua colonial pode ser apropriada e transformada pelos escritores pós-coloniais, tornando-se um veículo para representar identidades múltiplas e histórias nacionais complexas.

Outro elemento relevante é a presença do fantástico na narrativa. As crianças nascidas exatamente à meia-noite do dia da independência da Índia possuem poderes especiais, o que permite a Rushdie articular história, mito e imaginação em um mesmo plano narrativo. Essa estratégia reforça a ideia de que a história nacional não pode ser compreendida apenas a partir de uma perspectiva racional ou documental, mas também através das dimensões culturais e imaginativas que compõem a memória coletiva.

Da mesma forma que *Things Fall Apart*, *Midnight's Children* exemplifica como a literatura pós-colonial pode transformar a língua do antigo colonizador em um espaço de experimentação estética e de afirmação cultural. A hibridização do inglês com formas narrativas e referências culturais indianas constrói uma linguagem literária capaz de representar a pluralidade linguística, religiosa e cultural da Índia contemporânea, evidenciando que a língua imperial pode ser reinventada para narrar histórias locais e questionar as hierarquias culturais estabelecidas durante o período colonial.

De maneira semelhante, escritores caribenhos também exploram esse deslocamento linguístico. Em *The Lonely Londoners* (1956), de Samuel Selvon, a narrativa utiliza uma forma de inglês influenciada pelo crioulo caribenho reproduzindo a fala dos imigrantes das Antilhas em Londres. Selvon rompe com as normas tradicionais da escrita inglesa e insere no centro da narrativa literária vozes marginalizadas. A estratégia do autor possui uma dimensão política importante tornando visíveis



experiências de deslocamento, racismo, precariedade econômica e solidão enfrentadas por esses sujeitos na metrópole. A própria cidade de Londres aparece no romance a partir da perspectiva desses personagens, revelando um espaço urbano marcado por desigualdades e preconceitos raciais. Nesse sentido, o uso do crioulo caribenho é um recurso estilístico e um gesto de resistência cultural. Colocando em evidência a fala dos imigrantes, Selvon questiona as hierarquias linguísticas herdadas do colonialismo e contribui para ampliar o espaço de representação das culturas diaspóricas no campo literário.

Os exemplos acima mencionados demonstram que a literatura pós-colonial, em muitos casos, adaptou as experiências culturais e históricas das sociedades anteriormente colonizadas afirmando novas formas de identidade cultural e de representação literária onde a língua torna-se um elemento de resistência e de reconfiguração das relações entre centro e periferia no sistema literário global.

No Brasil, os estudos pós-coloniais se destacaram sobretudo, a partir dos estudos de Thomas Bonnici em *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura* (2012). Para este crítico, a teoria pós-colonial constitui um campo crítico voltado para a análise das consequências culturais, políticas e discursivas do colonialismo, especialmente na literatura produzida em contextos marcados pela experiência colonial e por suas continuidades históricas. Para Bonnici, a crítica pós-colonial busca compreender como os sistemas de poder estabelecidos durante o período colonial continuam a influenciar as representações culturais, as identidades e as relações sociais nas sociedades contemporâneas.

Segundo o autor, a literatura desempenha um papel de destaque nesse processo, pois funciona como um espaço de negociação entre dominação e resistência. Durante o período colonial, os discursos literários e culturais reforçaram hierarquias entre colonizadores e colonizados, produzindo imagens estereotipadas do “Outro” e legitimando projetos de expansão imperial. Nesse contexto, a crítica pós-colonial propõe analisar como tais representações foram construídas e como contribuíram para naturalizar relações de poder assimétricas.

Bonnici também destaca que, no período pós-independência, muitas literaturas nacionais passaram a reescrever ou contestar os discursos coloniais. Escritores oriundos de sociedades anteriormente colonizadas passaram a utilizar a literatura como instrumento de resistência, questionando narrativas históricas impostas pelo colonizador e recuperando perspectivas culturais marginalizadas. Desse modo, a teoria pós-colonial procura evidenciar os processos de reapropriação cultural, a afirmação de identidades híbridas e a problematização das noções de centro e periferia no sistema literário mundial.

Outro aspecto central na abordagem de Bonnici é a atenção às relações entre linguagem, poder e identidade. Em muitos contextos pós-coloniais, a língua do colonizador continua a desempenhar um papel dominante na produção literária e intelectual. A crítica pós-colonial investiga, portanto, as



relações entre a herança linguística colonial e as tentativas de afirmação de vozes culturais locais, revelando como a linguagem pode tanto reproduzir quanto subverter estruturas de dominação.

Assim, para Bonnici, a teoria pós-colonial não se limita ao estudo de obras literárias específicas, mas constitui uma perspectiva crítica mais ampla que permite analisar os efeitos duradouros do colonialismo nas práticas culturais, nos discursos identitários e nas formas de produção de conhecimento. Nesse sentido, ela contribui para ampliar o debate sobre poder, alteridade e representação, oferecendo ferramentas teóricas importantes para a compreensão das literaturas produzidas em contextos históricos marcados pela experiência colonial.

No caso brasileiro, essa abordagem permite revisitar diferentes momentos da tradição literária, mostrando como as relações coloniais e suas permanências estruturam narrativas, personagens e imaginários nacionais. No século XIX, textos como *Úrsula* (1859) e o conto *A escrava* (1887), de Maria Firmina dos Reis exploram perspectivas críticas sobre a escravidão e o sistema colonial a partir de vozes marginalizadas. Obras como *Iracema* (1865), de José de Alencar, por exemplo, podem ser analisadas a partir da construção da nação e da representação do indígena dentro de um projeto romântico marcado por discursos coloniais.

Já no século XX, obras como *Macunaíma*, de Mário de Andrade, permitem discutir de forma mais aprofundada os processos de hibridização cultural que atravessam a formação da identidade brasileira. A narrativa, construída a partir da figura ambígua do “herói sem nenhum caráter”, articula elementos provenientes de diferentes matrizes culturais, tais como indígenas, africanas e europeias, em uma estrutura marcada pela oralidade, pela paródia e pela reinvenção de mitos. O romance revela um movimento de apropriação e ressignificação de tradições populares e cosmologias indígenas, ao mesmo tempo em que dialoga com formas narrativas modernas e com o projeto estético do Modernismo brasileiro. A partir de lendas, linguagens regionais, registros populares e referências eruditas, a obra constrói uma espécie de mosaico cultural que gera discussões sobre a ideia de identidade nacional homogênea, sugerindo, em seu lugar, uma identidade plural, marcada por deslocamentos e misturas entre diferentes heranças culturais que compõem a experiência histórica e social do Brasil.

Outro exemplo é o já mencionado *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus pois permite refletir de maneira contundente sobre a continuidade da colonialidade nas estruturas sociais, econômicas e raciais brasileiras. Por meio do registro autobiográfico do cotidiano na favela do Canindé, em São Paulo, a autora expõe as múltiplas formas de exclusão que marcam a vida das populações negras e pobres no Brasil urbano do século XX. Seu diário revela como a pobreza extrema, o racismo estrutural e a marginalização social constituem heranças históricas ligadas ao passado escravocrata e às desigualdades produzidas ao longo do processo de formação nacional.



Assim, a obra documenta uma experiência individual de sobrevivência denunciando as dinâmicas de poder que mantêm determinados grupos à margem da cidadania plena. A linguagem direta, marcada pela oralidade e pela força do testemunho, reforça o caráter político do texto e desafia os critérios tradicionais de legitimação literária. Nesse sentido, a teoria pós-colonial oferece um arcabouço analítico para compreender obras como essa, pois permite explorar como as marcas do colonialismo persistem nas formas contemporâneas de desigualdade e exclusão.

De forma similar, a obra *Metade Cara, Metade Máscara*, de Eliane Potiguara, constitui um exemplo de como a literatura brasileira contemporânea pode ser analisada a partir dos estudos pós-coloniais. Publicado em 2004, o livro articula poesia, narrativa e testemunho para abordar a experiência histórica e cultural dos povos indígenas no Brasil, revelando as marcas deixadas pelo processo de colonização. Potiguara confronta narrativas hegemônicas que, durante séculos, representaram os povos originários a partir de visões externas e frequentemente estereotipadas. A obra é centrada na construção de identidades indígenas em um contexto marcado pela colonialidade do poder, revelando as tensões entre pertencimento, apagamento cultural e resistência política.

A metáfora presente no título, “metade cara, metade máscara”, sugere o conflito entre a identidade autêntica e as máscaras impostas por uma sociedade estruturada por discursos coloniais. A partir de uma escrita que combina memória pessoal, denúncia histórica e afirmação cultural, Potiguara revisita as estratégias de sobrevivência e reexistência dos povos indígenas diante de séculos de expropriação territorial, silenciamento e marginalização. Desse modo, a obra dialoga diretamente com as discussões pós-coloniais questionando estruturas de poder e reivindicando espaços de fala e representação para sujeitos subalternizados, contribuindo para ampliar o campo da literatura brasileira contemporânea e os limites do cânone literário nacional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria do discurso pós-colonial desenvolvida em grande parte por intelectuais que vivenciaram diretamente as tensões e rupturas provocadas pela experiência colonial e pelos processos de independência, como Frantz Fanon, Edward Said e Homi K. Bhabha, oferece instrumentos críticos fundamentais para compreender as marcas profundas deixadas pelo colonialismo nas estruturas culturais, sociais e simbólicas das sociedades anteriormente colonizadas. Esses teóricos elaboram suas reflexões a partir de contextos atravessados pela violência da dominação colonial, pelo deslocamento identitário e pela necessidade de reinterpretar a história e a cultura a partir de lugares historicamente subalternizados. Nesse sentido, o discurso pós-colonial permite compreender determinadas estratégias de escrita e de representação que emergem como formas de resistência, contestação e reinterpretação das narrativas impostas pelo poder colonial.



No campo da literatura, essas contribuições tornam-se particularmente fecundas, uma vez que o texto literário se configura como espaço privilegiado de reelaboração simbólica, no qual vozes historicamente silenciadas passam a reivindicar lugar de enunciação. A literatura pós-colonial, ao tensionar os modelos estéticos e discursivos herdados da tradição europeia, propõe novas formas de narrar, frequentemente marcadas pela hibridez, pela fragmentação e pela pluralidade de perspectivas. Tais características não são apenas escolhas formais, mas refletem experiências históricas complexas, atravessadas por conflitos identitários, diásporas, processos de mestiçagem cultural e resistências ao apagamento.

Além disso, observa-se que o discurso literário pós-colonial atua na desconstrução de estereótipos e na crítica às representações exotizantes e hierarquizantes produzidas pelo olhar colonial. Ao reescrever a história a partir de perspectivas outras, essas obras questionam a pretensa universalidade dos cânones ocidentais e evidenciam a existência de múltiplas modernidades, muitas vezes negadas ou invisibilizadas pelos discursos hegemônicos. Nesse processo, a literatura denuncia as continuidades do colonialismo, agora sob formas neocoloniais, e afirma epistemologias alternativas, valorizando saberes locais, memórias coletivas e formas próprias de expressão cultural.

Por fim, é possível afirmar que a abordagem pós-colonial, quando aplicada à análise literária, amplia significativamente as possibilidades de leitura e interpretação dos textos, ao deslocar o foco para questões de poder, identidade, linguagem e representação. Mais do que um campo teórico, trata-se de uma prática crítica comprometida com a revisão de paradigmas e com a construção de um olhar mais plural e inclusivo sobre a produção literária. Assim, a literatura, em diálogo com o discurso pós-colonial, revela-se não apenas como espaço de criação estética, mas como território de disputa simbólica e de reconfiguração das narrativas históricas e culturais.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi, K. **The Location of Culture**. London: Routledge, 1994.
- _____. “Remembering Fanon: Self, Psyche and the Colonial Condition”. In: WILLIAMS, Patrick and CHRISMAN, Laura. *Colonial Discourse and Post-colonial theory*. London: Longman, 1994.
- _____. **Nation and Narration**. London: Routledge, 1990.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se: “Preta, Com Muito Bom Leite, Prendada e Carinhosa”**: Uma cartografia das Amas-de-Leite na Sociedade Carioca (1850-1888). Tese (Doutorado em História): UNB, 2006.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FANON, Frantz. **Pele negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: UBU Editora, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- McLEOD, John. *Beginning Postcolonialism*. Manchester: Manchester University Press, 2000.
- REIS, Maria Firmina dos. A Escrava. In: _____. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Edições Câmara, 2018.
- SANTOS, N. S. A. **Brazilian Science Fiction and the Colonial Legacy**. São Luís: Edufma, 2014
- SPIVAK, Gayatri ChakraVorty. **Pode o Subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SPIVAK, Gayatri C. “Can the Subaltern Speak?” In: WILLIAMS, Patrick and CHRISMAN, Laura, **Colonial Discourse and Post-colonial theory**, London: Longman, 1994.

